

SEMINÁRIO

INVESTIMENTO PÚBLICO NO PÓS PANDEMIA

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA | DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Intervenção do Ministro do Planeamento

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Senhor Vice-Presidente;
Distintos oradores e participantes no seminário,
Caras e caros concidadãos que nos acompanham via net,

Saúdo em primeiro lugar a Câmara Municipal de Lisboa e o seu Presidente Fernando Medina pela realização deste tão importante debate, pela qualidade dos protagonistas e pela relevância da temática em torno da importância que o investimento público assume neste novo normal pós-pandémico. Saúdo também a oportunidade da análise, depois de as opções de investimento público e privado terem sido - como foi público e notório - um dos temas mais abordados no processo de audição pública sobre o PRR, processo esse nem sempre balizado segundo os critérios mais ajustados.

Além do mais, estando nós a muito poucas semanas da aprovação do PRR pela Comissão Europeia, o debate sobre o modelo e processo de execução da sua componente de investimento público não poderia ser mais oportuno e revestido de enorme utilidade. Portanto, as minhas felicitações à Câmara Municipal de Lisboa pela organização deste tão importante debate.

Neste momento, não poderia deixar de me referir, ainda que em linhas gerais, à estrutura do PRR, programa que se encontra já na fase muito final de negociações com a Comissão Europeia. Tratando-se de uma iniciativa de gestão centralizada no quadro da UE, estamos sujeitos às orientações comunitárias que foram definidas de comum acordo entre os 27 Estados Membros para a recuperação das suas economias na sequência da crise pandémica. Estas limitações não obstaram, no entanto, a que a versão final do PRR venha a incluir reformas e investimentos que respondem diretamente aos impactos originados pela crise pandémica no nosso país.

Desde logo, e porque o PRR é um programa de apoio à realização de reformas, o mesmo deverá responder às REP, as Recomendações Específicas por País, resultantes do processo do Semestre Europeu. Anualmente elas são objeto de publicação no Jornal Oficial da EU,

e não será difícil perceber, pela sua leitura, o quão distantes estão das imposições de má memória dos tempos da troika. Como exemplos destas REP citamos a necessidade de dar resposta a problemas estruturais, como o funcionamento do sistema da Justiça, a excessiva segmentação do mercado de trabalho ou o acesso às profissões reguladas.

Assumimos e negociámos o compromisso de realizarmos 37 reformas que constarão da versão final do PRR, que foram sempre publicitadas em todos os documentos. Não escondemos nada, nem tivemos, nem teremos razão para tal.

Como *earmarkings* fundamentais do PRR para políticas comunitárias, sublinham-se as afetações relativas ao clima e ao digital, que perfazem uma vinculação obrigatória de 57% dos recursos do PRR. A questão central das negociações residiu em fazer alinhar as necessidades efetivas de recuperação e resiliência do nosso país com a observância deste quadro regulamentar de acesso ao financiamento disponibilizado pela UE.

Organizamos o PRR em três domínios fundamentais. Dois deles correspondem simultaneamente aos desafios elencados também como estruturais para os próximos anos pela União Europeia: as transições climática e digital. Sendo da Europa, são também assumidos como nossos, alguns deles desde há muito incorporados pelas políticas públicas em Portugal, como no caso das renováveis e dos transportes públicos. Mas a estas transições gémeas, juntamos um terceiro domínio: o de reforçar a nossa Resiliência, de resistir, de enfrentar com sucesso, porventura com maior segurança, futuras crises, independentemente da sua natureza, intensidade ou origem. Para uma maior Resiliência, a prioridade assenta na redução das Vulnerabilidades Sociais, onde escolhemos atuar em dois domínios que a crise pandémica veio a elencar como incontornáveis: a Saúde e a Habitação.

Na Saúde, completando a rede dos cuidados continuados, melhorando os meios de diagnóstico nos cuidados primários e a capacidade da rede hospitalar. Na Habitação garantindo o 1º Direito aos portugueses ainda sem habitação condigna e habitação acessível para os jovens e estudantes. Ainda nas Vulnerabilidades Sociais, dinamizaremos uma nova geração de equipamentos e respostas sociais e intervindo de forma mais eficaz no combate à pobreza e à exclusão social, incluindo nas zonas metropolitanas.

Ganhar Resiliência reduzindo assimetrias territoriais, investindo em redes rodoviárias transfronteiriças e do interior, apostando em redes culturais e gerindo de forma mais sustentável a floresta e a água, constituem instrumentos relevantes para equilibrar o desenvolvimento em termos territoriais. A Resiliência das sociedades passa também necessariamente pela resiliência das suas economias. O PRR dedicará particular atenção a este domínio, continuando e acelerando a qualificação dos portugueses, renovando a base

e o acervo das atividades produtivas em Portugal, injetando-lhe mais conhecimento, privilegiando a transferência do conhecimento produzido pelo nosso sistema científico e tecnológico. Avançaremos com uma agenda de inovação estrutural com base num número reduzido de projetos que transfiram desenvolvimento de universidades e politécnicos portugueses para empresas inovadoras que possam gerar emprego qualificado, produto e exportações.

Ainda quanto à Resiliência Económica, será prestada uma atenção fundamental à Capitalização das empresas como condição necessária para que as empresas, sobretudo as de menor dimensão, possam criar condições para retomar a sua trajetória de inovação, descarbonização e digitalização na fase da retoma mais consolidada.

Está claro que desejamos aproveitar por inteiro as potencialidades geradas nas transições climática e da transição digital para o nosso país. Mas numa e noutra, estaremos sempre atentos aos fenómenos de impactes negativos que essas transições podem causar sobre trabalhadores e setores, afetando níveis de emprego em determinadas especializações. Atentos e atuantes, com medidas de *reskill* e *upskill* de competências e, em casos limite, acionando mecanismos de regulação dos ritmos da transição.

Mas, entremos agora diretamente no debate sobre a natureza do PRR e sobre se o seu desenho, sobre se a sua opção não deveria porventura ter assumido uma estratégia de recuperação com um papel mais centrado no apoio direto à oferta, mais precisamente ao setor empresarial privado. À semelhança do perfil de investimentos “público/privado” adotado pela generalidade dos Estados Membros, facto que se pode agora comprovar com o conhecimento das versões finais dos seus PRR, também Portugal alocou cerca de 2/3 dos seus recursos ao investimento público.

Não espanta tal consenso europeu em torno da utilização do investimento público como o instrumento mais eficaz de estímulo económico para a recuperação pós- pandemia. Não só o Instrumento de Recuperação e Resiliência incluído no pacote do *Next Generation* foi desenhado como um Programa de apoio a Reformas que seriam concretizadas com um *mix* apropriado de medidas institucionais e de investimentos, como também a generalidade das outras agências internacionais, desde o BCE, a OCDE e o FMI, prescreveram logo em 2020 o investimento público como a principal alavanca para os programas de apoio à recuperação e para a saída da crise.

Particularmente enfáticas, são as recomendações do FMI e do seu Diretor para os Assuntos Orçamentais, Prof. Vítor Gaspar, a favor da prescrição da aposta no investimento público como instrumento privilegiado em programas de recuperação económica em contextos de

grande incerteza. Publicada no seu “Fiscal Monitor” de Outubro passado, o FMI conclui que em períodos de elevada incerteza, cada ponto percentual (1%) do PIB aplicado em investimento público tem como efeito:

- Um crescimento de 2,7% no PIB global;
- Pode originar, através do multiplicador, um aumento de 10% do investimento privado na economia, pelas expectativas e oportunidades reais que cria;
- Finalmente, em matéria de emprego, cada milhão de dólares de investimento público em infraestruturas clássicas pode gerar entre 2 a 8 postos de trabalho, enquanto que o investimento efetuado em I&D, na eletricidade verde ou nos edifícios eficientes, pode induzir 5 a 14 postos de trabalho.

Este potencial multiplicador bastante positivo, avisa o FMI, dependerá da qualidade dos projetos públicos e da forma como forem executados, bem como das condições de endividamento do país, e sobretudo das empresas, que possam obstaculizar a resposta do setor privado ao estímulo económico.

No PRR, a prioridade conferida ao investimento público, sustenta-se neste conjunto de razões. Mais em concreto, no volume significativo que este investimento público produzirá e no seu efeito multiplicador no setor privado pela via de um duplo corredor. Por um lado, o PRR melhorará significativamente as condições de contexto em que as empresas operam, reduzindo assim os correspondentes custos. Noutra corredor, propiciará aumento da procura direcionada para as empresas em resultado da realização do investimento programado, para além de produção de efeitos positivos nas expectativas económicas.

Mas a coerência do PRR enquanto programa de estímulos adaptado às atuais condições da economia, não se limita à aposta no investimento público. Fá-lo também apoiando as empresas para que estas possam estar em condições de responder aos estímulos da procura. Desde logo, conferindo prioridade primeira à capitalização das empresas, dotando-se de um instrumento de 1,5 mil M€, e que pode crescer até 3,8 mil M€. Fator de debilidade estrutural das estruturas financeiras das empresas em Portugal, o choque pandémico originou uma situação de subcapitalização dominante que poderia colocar em causa a resposta do setor privado ao programa de estímulos representado pelo PRR. Portanto, há uma ação prioritária no domínio dos apoios às empresas, com o apoio do Banco de Fomento. Com igual objetivo, mas mais direcionada para empresas com melhor resiliência financeira, as apostas no financiamento da inovação, na qualificação das pessoas, na transição digital

e na transição climática, constituem um *mix* de capacitação das empresas para uma melhor resposta aos desafios da recuperação.

Penso ter ficado clara a estratégia do PRR para a recuperação da economia do país, com o investimento público e com o investimento privado. O investimento público vai desempenhar um papel central no crescimento económico e na melhoria continuada da vida dos portugueses. Serão, em valores arredondados, 24,2 mil M€ de investimento público total a executar até 2029, repartidos entre o PRR (com 11,2 mil M€ até 2026), o próximo PT 2030 (com 8,2 mil M€ até 2029) e o atual PT 2020 (com 4,8 mil M€ até 2023).

Será uma dinâmica de execução que teremos de garantir, durante quase uma década, a níveis e complexidades que a todos nos convocam. Do lado da Administração Pública, mobilizaremos em torno de uma execução descentralizada, coordenada e eficaz. Do lado dos agentes privados, importa também que prevaleça a perceção de que, para além do acesso aos financiamentos, o que está verdadeiramente à prova é a nossa capacidade de resolver os problemas estruturais que importa ultrapassar, para que Portugal seja um país em que todos queiramos residir, trabalhar e investir.

Muito obrigado.

Nelson Souza
Ministro da Planeamento

Lisboa, 24 de maio de 2020